

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.623.122 - SP (2016/0229053-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE** : COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DA ALIANÇA DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DE LENÇÓIS PAULISTA  
**ADVOGADO** : FREDERICO DE AVILA MIGUEL - SP141627  
**EMBARGADO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : EDUARDO JANZON AVALONE NOGUEIRA E OUTRO(S) - SP123199  
MAURÍCIO PEREIRA PRÉVE E OUTRO(S) - SC015655

## EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DO RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

## DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo da Aliança dos Médicos e Demais Profissionais da Área da Saúde de Lençóis Paulista à decisão monocrática proferida por este signatário, a qual deu provimento ao recurso especial, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fls. 409-412):

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EM PATAMAR INFERIOR AO ESTABELECIDO PELO MAGISTRADO A *QUO*. AUSÊNCIA DE RECURSO DA PARTE EXECUTADA. *REFORMATIO IN PEJUS*. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

Em suas razões (e-STJ, fls. 417-423), a embargante alega a existência de omissão acerca da tese de que os honorários fixados pelo Magistrado são irrisórios, devendo, portanto, incidirem sobre o montante total da condenação, cujo pagamento não foi efetuado no prazo legal de 15 (quinze) dias.

Impugnação às fls. 429-438 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, deve-se ressaltar que apenas são cabíveis os aclaratórios

quando existir no julgado omissão, contradição ou obscuridade, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, situação que, de fato, não se observa na espécie.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FACE DE JUÍZO DO TRABALHO - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - REDISCUSSÃO DO JULGADO - EXECUÇÃO TRABALHISTA - DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL - PRECEDENTES DO STJ. 1. Os embargos de declaração, a teor das disposições do art. 1.022, do CPC/15 (art. 535, CPC/73), são inviáveis quando inexistir obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada. 2. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material do acórdão embargado. Recurso dotado de caráter manifestamente infringente. Inexistência de demonstração dos vícios apontados, objetivando à rediscussão da matéria, já repetidamente decidida. [...] 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl nos EDcl no AgRg no CC n. 122.675/RJ, Relator o Ministro Marco Buzzi, Segunda Seção, julgado em 14/6/2017, DJe 22/6/2017)

Oportuno assinalar, na espécie, que a decisão embargada consignou que o Tribunal estadual, mesmo sem recurso por parte da executada, diminuiu o valor fixado a título de honorários advocatícios, na fase de cumprimento de sentença, configurando, portanto, *reformatio in pejus*.

Dessa forma, o recurso especial foi parcialmente provido, a fim de restabelecer a decisão, proferida pelo Magistrado de primeiro grau, nos autos do cumprimento de sentença, que acolheu parcialmente a impugnação do executado e fixou os honorários advocatícios no exato valor controvertido e não sobre o valor total da execução.

Ademais, registre-se que o art. 20, § 4º, do CPC/1973, vigente ao tempo da prolação da decisão e do agravo de instrumento, determinava que os honorários sucumbenciais seriam fixados mediante avaliação equitativa do Magistrado, entre outras hipóteses, nas execuções.

Desse modo, o que se constata, na verdade, é apenas a pretensão de rejugamento da causa em razão do inconformismo da parte com o resultado, tornando

# *Superior Tribunal de Justiça*

inviável o acolhimento dos presentes embargos.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

